



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação - FE

A formação em pedagogia no Brasil: Educação Inclusiva

Maíra Corina de Sousa

Brasília - DF, 2018.

Maíra Corina de Sousa

A formação em pedagogia no Brasil: Educação Inclusiva

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura no curso de Pedagogia.

Orientador: Eduardo Ravagni

Brasília – DF, 2018.

Maíra Corina de Sousa

A formação em pedagogia no Brasil: Educação Inclusiva

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura no curso de Pedagogia. Apresentação Ocorrida em ____/____/____ defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinalada:

Professor Dr. Eduardo Olívio Ravagni - Orientador
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Sandra Ferraz – Examinadora
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Professora Alia Maria Barrios González - Examinadora
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília - DF, 2018.

Dedico este trabalho a Deus, a minha família e minha grande amiga Jordana por todo apoio e companheirismo durante a graduação.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço à minha família pela paciência que tiveram durante a finalização da minha graduação e por toda a dedicação que tiveram ao longo da minha vida escolar e acadêmica sempre investindo e pensando no melhor pra mim.

Agradeço em especial à minha mãe Magali, que sempre teve um papel importante e fundamental na minha vida, por sempre acreditar na minha capacidade e por me dar forças para seguir em frente.

Agradeço a minha amiga Jordana, por longos anos de amizade e, mesmo distante, sempre me incentivou a ser melhor e a conquistar meu espaço na sociedade.

Agradeço ao meu orientador Eduardo Ravagni, pela paciência, pela educação e por me acompanhar com muita dedicação.

Agradeço pelas oportunidades de trabalho que tive ao longo da graduação, em especial ao Colégio Ciman e às minhas coordenadoras Susy Willik, Mally e Lara Marra por contribuírem de forma positiva e incentivadora na minha vida profissional. Exemplos de mulheres e o que viso “ser quando crescer”.

Agradeço às minhas amigas que aguentaram as minhas lamentações e me deram forças.

Ao Colégio Militar de Brasília, por expandir os meus conhecimentos e por me ensinar valores que levarei para a vida toda.

À UnB por me proporcionar novas vivências, novas amizades e por poder conviver com excelentes profissionais.

Por fim, agradeço a todos que cruzaram o meu caminho em algum momento da minha vida, tudo na vida é aprendido.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

RESUMO

Este trabalho aborda a temática - **A formação em pedagogia no Brasil - Educação Inclusiva**. Nesse aspecto destacamos como objetivo da investigação o de poder elucidar como se vislumbra, no espaço da formação em Pedagogia, a formação dos formadores no tocante a Educação Inclusiva, em oito Universidades Brasileiras, aleatoriamente selecionadas para o estudo. Discorrer sobre a forma de como e em relação a que disciplinas estas Instituições de Ensino Superior preveem a capacitação do pedagogo em relação a Educação Inclusiva, constitui o cerne do presente trabalho monográfico visando completar as exigências necessárias para a conclusão do curso de Graduação em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Palavras-Chave: *Educação Inclusiva, formação de formadores, pedagogia.*

RESÚMEN

Este trabajo aborda la temática - La formación en pedagogía en Brasil - Educación Inclusiva. En este aspecto destacamos como objetivo de la investigación el de poder elucidar cómo se vislumbra, en el espacio de la formación en Pedagogía, la formación de los formadores en lo tocante a la Educación Inclusiva, en ocho Universidades Brasileñas, aleatoriamente seleccionadas para el estudio. Explorar sobre la forma de cómo y en relación a que disciplinas estas Instituciones de Enseñanza Superior prevén la capacitación del pedagogo en relación a la Educación Inclusiva, constituye el núcleo del presente trabajo monográfico para completar las exigencias necesarias para la conclusión del curso de Graduación en Pedagogía, en la Facultad de Educación de la Universidad de Brasilia.

Palabras Clave: Educación Inclusiva, formación de formadores, pedagogía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tabela de comparação das cargas horárias.....	28
Figura 2. Gráfico de Carga Horária Total de disciplinas de Educação Inclusiva nas Instituições	29
Figura 3. Gráfico sobre a importância da disciplina de Educação Inclusiva no curso de Pedagogia.....	30
Figura 4. Gráfico sobre a importância da disciplina de educação inclusiva na formação dos estudantes.....	31
Figura 5. Gráfico sobre a opinião dos estudantes para a carga horária da disciplina de educação inclusiva.....	32

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
PARTE I – MEMORIAL ESCOLAR.....	13
PARTE II – MONOGRAFIA.....	15
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo I.....	19
Capítulo II.....	23
METODOLOGIA.....	26
Análise de dados e discussão	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
APÊNDICES.....	39
Modelo de termo de consentimento livre e esclarecido.....	40
Modelo de Pós-Infomação.....	41
Modelo de questionário para alunos.....	42

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é um requisito necessário para conclusão da graduação em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O trabalho trata do seguinte tema: “A formação em Pedagogia no Brasil: Educação Inclusiva” e está dividido em três partes: Memorial Escolar, Estudo Monográfico e, Perspectivas Profissionais.

Na primeira parte, é apresentado o Memorial Escolar, tendo como objetivo mostrar minha trajetória durante toda a minha vida escolar até a escolha do curso de graduação em Pedagogia. Fatos que, de uma forma ou de outra, ajudaram na escolha do tema para o trabalho de conclusão do curso.

Na segunda parte que foca o estudo monográfico, objetiva-se investigar como se vislumbra, em oito Instituições de Ensino Superior, Brasileiras, a formação em Pedagogia no tocante a Educação Inclusiva. Esta segunda parte do presente estudo monográfico está dividida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo a introdução desvela a importância da Educação Inclusiva ao longo de um breve relato da sua implementação no Brasil, focando o tema o objetivo geral da pesquisa e os objetivos específicos.

No segundo capítulo do trabalho, abordamos as questões relativas à formação em pedagogia no Brasil, mediante a elucidação dos conteúdos programáticos das oito universidades escolhidas aleatoriamente para a pesquisa, no contexto da Educação Inclusiva.

No terceiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos que utilizamos para a coleta de dados.

No quarto capítulo analisamos e discutimos os dados coletados.

No quinto capítulo apresentamos as considerações finais sobre o tema investigado.

Na terceira parte do presente trabalho monográfico, são expostas minhas considerações e expectativas sobre minha futura atuação profissional, no espaço da Educação.

MEMORIAL ESCOLAR

Filha de militar, nascida em 07 de agosto de 1994 em Anápolis-GO e com poucos dias de vida meu pai, recém-formado no exército, conseguiu uma casa em Brasília onde cresci e construí boa parte da minha vida escolar e acadêmica.

Minha mãe teve algumas tentativas, falhas, de me matricular em uma creche para ela começar a estudar, mas eu sempre dava um jeitinho de conquistar o coração dela por mais alguns meses. Mas chegou um dia que precisei ir e então apertei o botão que deu início ao meu processo de aprendizagem, a minha vida escolar.

Quando completei cinco anos, meu pai foi transferido para Tabatinga-Amazonas, uma cidade pequena, fronteira com a Colômbia, um tanto quanto desafiador para minha família e também para mim, aliás, ir embora e deixar meus amigos para trás não foi legal. Foram dois anos de muito aprendizado, fui alfabetizada por uma ótima professora, aprendi espanhol e convivi com muitos índios.

Ao final dos dois anos no Amazonas, retornei para Brasília e fiz a terceira e a quarta série em uma escola, também religiosa, por escolha da minha mãe. Tive uma professora que marcou muito minha trajetória escolar, Simone. Lembro-me de falar algumas vezes que não ia dar conta e ela sempre me incentivava com palavras positivas, sempre me dando forças.

Com a carência da transferência do meu pai, por ser militar, tive a opção de entrar no Colégio Militar na quinta série (atual sexto ano) e meus pais não hesitaram na hora de me matricular. Com muito medo do novo, das regras e de tudo o que as pessoas falavam, eu fui, mas com o coração doendo.

Sinceramente, a minha trajetória no Colégio Militar não poderia ser melhor, passei por muitos altos e baixos. Sempre fui uma ótima aluna em relação ao comportamento, mas deixava a desejar nas notas, nas reuniões os professores falavam para a minha família que nas explicações eu viajava para outro mundo que não era o da sala de aula. Cursei 8 anos no Colégio Militar de Brasília, finalizei a

minha trajetória escolar lá, assinei o livro de honra, desejado por muitos alunos e que poucos conseguem.

Tentei duas vezes o vestibular e não obtive sucesso, conversei com a minha mãe e então decidi que eu iria pagar uma faculdade de pedagogia, porque sempre foi a minha afinidade, a minha paixão. Quando iniciei a pedagogia em outra faculdade, fiquei muito triste, queria mesmo era estar na UnB e no fundo sabia que tinha potencial para isso. Paguei a minha inscrição e pela terceira vez fiz a prova e foi ali que meu sonho se realizou.

Ao entrar na UnB tudo mudou: amizades, pensamentos, etc. Ao longo da minha trajetória na graduação, alguns assuntos me chamaram mais atenção, e dentre eles, com toda a certeza, a educação inclusiva. Comecei a trabalhar nas escolas muito cedo, no segundo semestre. Durante o curso, trabalhei em 4 escolas com diferentes métodos de ensino.

Estando perto de alunos com necessidades educacionais específicas pude então perceber que em alguns aspectos, concernentes à educação inclusiva, na Faculdade de Educação da UnB, somos muito avançados, mas existem outros aspectos que ainda deixam a desejar, em relação às questões relativas aos procedimentos utilizados no ensino como também as propostas de inserção do deficiente no contexto escolar e social. Assim, nasceu a ideia de escrever este trabalho de conclusão de curso, junto ao meu orientador, Professor Dr. Eduardo Ravagni, analisando de que forma é tratada a Educação do Educando com Necessidades Específicas, na programação curricular de oito universidades brasileiras, selecionadas aleatoriamente.

INTRODUÇÃO

A problemática da Educação Inclusiva no Brasil percorreu um longo caminho que, desde a década dos anos 60 do século passado, pautou recomendações relativas a matrícula de educandos com necessidades educacionais específicas, no sistema geral de educação. (Lei de Diretrizes e Bases 4024/61)

MARTINS (2007, p.15) comenta que: “Porém, foi, principalmente, a partir da década de 70 do século XX que a escola regular começou – embora com muitas resistências – a se abrir para receber essas pessoas, desde que não apresentassem comprometimentos muito acentuados e se adaptassem sem causar grandes transtornos para o professor”.

Ou seja, dentro deste viés de análise, segundo a pesquisadora, era o aluno o gestor da deficiência ou das dificuldades que ele apresentava.

Martins ainda enfatiza que, segundo (CARVALHO, 2005 p.32), Isto ocorria “sem levar em conta a incidência das variáveis contextuais, atualmente tão valorizadas que inspiram o uso da expressão *pessoas em situação de deficiência* para alertar o quanto o entorno político, económico, social e atitudinal interfere na funcionalidade dessas pessoas”.

Nas últimas décadas, o tema da inclusão escolar e do atendimento ao educando com necessidades educacionais específicas, tem sido abordado em relação a diferentes paradigmas conceituais e metodológicos, no viés do respeito a diferença e a diversidade, principais características do ser humano. Há mais de sessenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Art. 26º) que "toda pessoa tem direito à educação".

No entanto, a Lei, por si, não muda a realidade, mas indica caminhos, orienta o cidadão e a sociedade dos seus direitos, propiciando a possibilidade de exigências, do que nela está contido.

O Direito à educação é o conjunto de normas, princípios, leis e regulamentos que versam sobre as relações de alunos, professores, administradores, especialistas e técnicos, envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Art. 6º, dispõe que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Ainda, no Art. 205, a Constituição Federal expressa que; A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

Entendendo-se, assim, que a educação inclusiva se constitui em um direito social mediante o respeito as possibilidades que cada educando apresenta, no processo de aprendizagem.

Segundo dados fornecidos pela UNESCO, cerca de 263 milhões de crianças e adolescentes, no mundo, estão fora da escola. Isso significa que uma em cada cinco pessoas com até 17 anos não frequenta uma instituição de ensino.

“Dados também apontam disparidades entre os jovens de nações ricas e pobres — em países de baixa renda, a taxa de evasão de estudantes de 15 a 17 anos é de 59%, enquanto nos países ricos é de apenas 6%.”

O que desvela que, se estes dados falam do ensino regular, devemos imaginar que, no espaço da educação inclusiva, eles se multipliquem.

Na Conferência de Jomtien (Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990) foi reconhecido que mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento.

Apontado também, que mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e que mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.

Assim, a inclusão pode ou deve ser reconhecida como um desafio. Segundo NETO Jorqueira /Blascovi-Assis (2009 p.77), “A proposta da inclusão escolar de alunos com deficiência tem sido um tema muito discutido e explorado, no intuito de melhor compreendermos e viabilizarmos uma educação efetiva, de qualidade a todos os educandos, de acordo com suas singularidades e individualidades”.

Em Salamanca, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, (Salamanca 7 a 10 de Junho de 1994), se compreendeu, dentre outras coisas, que:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva.

A situação com respeito à educação especial varia enormemente de um país a outro.

Países que possuam poucas ou nenhuma escola especial seriam em geral, fortemente aconselhados a concentrar seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e serviços especializados.

Existem milhões de adultos com deficiências e sem acesso sequer aos rudimentos de uma educação básica, principalmente nas regiões em desenvolvimento no mundo, justamente porque no passado uma quantidade relativamente pequena de crianças com deficiências obteve acesso à educação.

Com base nesses princípios a educação inclusiva, no Brasil, começou a desenhar atitudes diante do educando com necessidades específicas, aceitando suas diferenças, diante da complexidade da diversidade humana, como um fenômeno de desvelamento funcional positivo e não segregável.

Nesse sentido, entendemos que as Universidades Brasileiras, na perspectiva de poder aprofundar conhecimentos em torno a esta temática, devem repensar a formação dos formadores no entorno das questões que discutem e aprofundam os temas relacionados com as diversas formas de exclusão social, bem como as

mudanças na forma de seu combate. Assim, acreditamos, as noções de igualdade e de diversidade, por meio de diversos enfoques deverão ampliar os conceitos que a educação viabiliza abrindo espaço a inclusão de disciplinas que tratem especificamente do tema em pauta.

Cabe então questionar: - De que forma, as Faculdades de Educação, selecionadas aleatoriamente, nesta pesquisa, tratam as questões relativas à oferta de disciplinas concernentes à educação Inclusiva, obrigatórias ou optativas, e qual a sua carga horária, na grade curricular do aluno?

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva não é um tema de preocupação recente. Desde os primórdios da antiguidade sempre houve inquietação em atender as necessidades das pessoas com necessidades específicas. Mudando apenas, ao longo da história, a forma de considerar a deficiência e as atitudes no atendimento as necessidades que essas pessoas apresentavam e que, também hoje, apresentam. De acordo com alguns teóricos, o marco histórico da educação especial, que hoje reconhecemos como educação inclusiva, no Brasil, aconteceu no final do século XIX. Por força do contexto histórico, no Rio de Janeiro, em 1854 foi criado o **Instituto Dos Meninos Cegos**, atual IBC, Instituto Benjamin Constant e, mais tarde, no ano de 1857, o **Instituto De Surdos-mudos**, atual INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos, como consequência dos movimentos que também aconteciam em outros países.

Além dos institutos supracitados, nos primórdios do Século XX, diversos desafios inclusivos associados as necessidades específicas que as deficiências estipulavam, incidiram na expansão do atendimento educacional aos deficientes mediante a paulatina criação de associações, hospitais e asilos.

Na legislação brasileira, além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e do Decreto 3.298 de 1999 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, pode-se perceber a crescente preocupação, do Poder Público, com a elaboração de orientações normativas que asseguram os direitos das pessoas deficientes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 estabelece o marco da educação inclusiva no Brasil, onde, em seu artigo 3º, inciso I do Título II, expressa o princípio da *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”*, e, ainda no seu artigo 4º, inciso III do Título III, assegura o *“atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”*. Moreno da Silva

O processo de inclusão social e educacional da pessoa com deficiência teve início após a Segunda Guerra Mundial, com a Declaração dos Direitos humanos,

que determina a igualdade de direitos entre os seres humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, Art. 26º).

MORENO da Silva, (2011, p. 2) ainda comenta que;

O debate acerca da inclusão social é unânime na maioria dos países há décadas e, certamente, tal ideal perpassa pela inclusão educacional, pois se acredita que somente a partir de uma educação inclusiva é que alcançaremos uma sociedade inclusiva.

Assim, pode-se reconhecer, como um dos importantes marcos históricos da inclusão, em tanto que prioridade, a Declaração de Salamanca que, em junho de 1994, em Salamanca, Espanha, tratou das questões relativas as Necessidades Educativas Especiais. Surgindo, como consequência desta Declaração, uma nova visão de educação e de escola inclusiva, propondo uma escola para todos sem distinção ou qualquer tipo de discriminação, em um sistema educacional único.

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguística ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças com superdotação, crianças de rua e crianças que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Linha de Ação, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Declaração de Salamanca, (1994, p.4)

Mais tarde, no ano de 1999 uma convenção foi realizada na Guatemala na qual o Brasil foi um dos países signatários. Nessa Convenção o objetivo principal foi a eliminação da discriminação contra as pessoas com deficiência.

Reafirmando que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano; (...) Convenção de Guatemala, (2001, Decreto nº 3.956)

Pode-se compreender, assim, que mais do que criar condições para as pessoas com deficiência, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola e a sociedade como um todo, em relação ao projeto pedagógico, ou fora dele, dentro das necessidades que cada indivíduo apresente, para que ele possa fazer parte do sistema educacional e social, visando a sua integração cidadã.

E, mesmo que historicamente, quem apresentava ou apresenta algum tipo de deficiência era ou é total ou parcialmente excluído da sociedade, deve-se compreender, como expressa Débora Diniz (2007, p. 9) que; habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo. Assim, ao compreendendo que é o corpo que permite identificar as possibilidades e as impossibilidades funcionais de uma pessoa, longo da evolução da humanidade, aos poucos, os obstáculos que impediam ou impedem a participação social do deficiente vão sendo superados. Ainda, ressaltando o direito a educação numa sociedade igualitária, de acordo com a Constituição Federal (1988, Art.205)

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, no capítulo III, Art. 4º, inciso III pode ser observado que é dever do Estado o *“atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”*. No capítulo V, da citada Lei, especificamente no parágrafo 1º, se indica que; *“Haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.”* A inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, no ensino regular, como previsto pela citada Lei, tornou-se uma realidade, cabendo ressaltar que, ao inserir o aluno com necessidades educacionais no ensino regular, estamos operacionalizando o conceito defendido por Diniz, explicitado acima, permitindo que esse aluno se identifique, no seu corpo, com aquilo que lhe é peculiar na diversidade cultural e social que compõe a escola.

A deficiência, na opinião de Diniz, é um conceito em evolução, que resulta da influência mútua entre a deficiência de uma pessoa e os obstáculos que socio-culturalmente são interpostos. Barreiras de ordem física, atitudinais, ergonômicas, etc., delimitam a participação do deficiente ou, mesmo, do “diferente”, na sociedade.

O grande desafio, assim, deve estar centrado na formação dos formadores, isto é, no processo da sua formação acadêmica. Ou seja, na necessária preparação técnica e humanística, do professor, no intuito de poder torná-los preparados para enfrentar os desafios que a educação inclusiva estipula.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), indica a importância da formação dos professores, nos cursos de licenciaturas e também na formação continuada, para que esteja habilitado para trabalhar na perspectiva da inclusão.

[...] Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recurso, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para oferta dos serviços e recursos de educação especial [...] (BRASIL, 2008, p.17).

Diante das considerações presentes, o nosso trabalho pretende desvelar a importância da capacitação do formador nas questões que entornam o fenômeno inclusivo por meio de disciplinas adequadas ao tema. Ou seja, como a formação em pedagogia no Brasil, por meio da análise da grade curricular de oito instituições de ensino superior, aleatoriamente selecionadas, tratam das questões relativas a educação Inclusiva?

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA NO BRASIL NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

A educação, desempenhando função social transformadora, possibilita que o educando passe a assumir o controle de sua trajetória, conhecendo-se e conhecendo as suas possibilidades diante da capacidade de se inserir no mundo. A educação constrói saberes e habilita o educando como um ser de valores que incluindo-se, se emancipa socialmente.

Para que a inclusão de fato ocorra, no entanto, se fazem necessários uma série de processos, ligados ao desenvolvimento, que Bronfenbrenner (1992) apud DESSEN 2005, p.11, entende como “um conjunto de processos por meio dos quais as propriedades do indivíduo e do ambiente interagem e produzem continuidade e mudanças nas características da pessoa e no seu curso de vida”. Características pessoais que na interação recíproca, educando-mundo, capacitam o papel cidadão, de cada sujeito, mesmo apresentando deficiências.

No decorrer dos anos o Brasil vem realizando significativas reformas nas políticas educacionais que, conseqüentemente, influenciam para que o professor necessite de capacitação adequada e suficiente para atuar no cenário da educação inclusiva.

A formação de formadores, no Brasil, deveria, consideramos, destacar mais, nos currículos das licenciaturas, os temas relativos a educação inclusiva por meio da oferta de disciplinas que abordem essa temática para que os profissionais se tornem habilitados na compreensão do fenômeno das deficiências, mesmo que o assunto não constitua área do seu interesse.

Porém, cabe também destacar também que não só os profissionais da área da educação, mas a sociedade, de forma geral, deve reconhecer a importância da inclusão considerando-a uma realidade na diversidade.

Dessa forma, a Universidade deve capacitar o conhecimento, ao longo da formação docente, inter-relacionando conhecimentos que ampliem a compreensão do fenômeno da diversidade e da inclusão por meio de disciplinas que lhes permita aceder a compreensão sobre a importância do respeito que se deve ter com as diferenças no ambiente escolar. Dessa forma, a Educação Universitária, como mecanismo de reprodução e transmissão do conhecimento deve fundamentar seu papel na socialização das práticas e das informações sobre

as questões relativas a diversidade e as diferenças, garantindo condições, no futuro profissional, para o enfrentamento das desigualdades que o educando com necessidades específicas apresentar. Ou seja, estratégia que as disciplinas de Educação Inclusiva devem pautar ao longo do processo de formação dos formadores. Segundo Cury (CURY, 2001, p.1), em uma entrevista sobre a formação dos professores:

A universidade tem por obrigação dominar o que existe de mais avançado sobre esse assunto e, com isso, criar uma geração de professores preparados. Além disso, as Secretarias Estaduais e o MEC têm a obrigação de propiciar aos professores que já estão em exercício uma atualização. Trata-se de um trabalho sofisticado, difícil, mas muito estimulante e desafiador.

O Plano Nacional de Educação (2014) explicita, a esse respeito que, deve-se “apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues” (BRASIL, 2014, meta 4, estratégia 13).

Para a prática docente no AEE, faz-se necessário a formação inicial em licenciatura e uma formação específica para a modalidade (BRASIL, 2009, Art. 12º (*caput*) DOAEE).

Aos professores que já atuam na rede de ensino público com título de magistério, o §4º do Artigo 18 da Resolução CNE/CEB Nº2, elucida em seu texto que “devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.”.

A união fornecerá apoio técnico e financeiro para que os sistemas públicos de ensino dos demais entes Federados possam propiciar uma formação continuada aos docentes, capacitando-os para lidar com os alunos surdos ou com deficiência

auditiva que demandem educação bilíngue e aos alunos cegos ou com baixa visão o ensino do braile (BRASIL, 2011, §2º, art. 5º).

Possibilitando assim, um espaço favorável para a criação de vínculos interpessoais na perspectiva da educação inclusiva, incluindo os gestores, os professores e a comunidade escolar (BRASIL, 2011, IV, §2º, art. 5º).

A educação inclusiva não é simplesmente incluir e aceitar o educando na escola, mas proporcionar um ambiente agradável em que aluno e a família possam sentir-se incluídos-integrados. Isto é, um ambiente com profissionais de educação capacitados, estratégias metodológicas e recursos diferenciados possibilitando o processo de aprendizagem para que o educando se sinta parte de um todo.

Como retrata Joice Rodrigues Modolon (2013, p 15):

A comunidade escolar (pais, alunos e professores), as instituições de ensino juntamente com os poderes públicos nas mais diferentes esferas deveriam estar preparadas para receber os alunos considerados diferentes a partir de uma referencia esteja para além daquilo que é considerado como normalidade. A educação tem o papel fundamental neste contexto inclusivo e a de romper os tabus ora vivenciados pela sociedade. Só a educação pode transformar o indivíduo.

Ser educador é estimular o senso crítico, questionar atos e ações, não só incluir alunos, mas tornar o processo de inclusão verdadeiramente à tona e, contribuir para uma educação justa e igualitária.

METODOLOGIA

O presente trabalho procurou pesquisar e analisar, por meio de abordagem qualitativa, descritiva, isto é, como explicita GIL (2012), tentando elucidar um determinado conhecimento a partir de dados reais de forma descritivo-exploratória, como se processa a formação dos formadores, em oito universidades brasileiras, aleatoriamente selecionadas, em torno a educação inclusiva. De tal modo, se buscou desvelar, nos currículos dos cursos de formação de professores, dessas instituições de ensino superior, se existiam, no currículo pleno do aluno, disciplinas que abordassem, na sua ementa, questões relativas a educação inclusiva. Também, para ampliar a coleta de dados sobre o tema, foi montado um questionário que, aplicado em duas turmas de alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, permitisse indagar se a carga horária e o conteúdo programático das disciplinas de educação inclusiva, constantes no currículo do curso de Pedagogia, é suficiente para a capacitação docente.

Os instrumentos utilizados, para a produção de dados foram a consulta aos sites das oito universidades, selecionadas aleatoriamente para a pesquisa, e um questionário aplicado a alunos do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília. O questionário, segundo Gil (2012 p.121), “consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. Dessa forma, nas questões de cunho empírico, o questionário pode ser considerado uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade que estamos investigando possibilitando algumas vantagens diante do fenômeno analisado.

A elaboração da pesquisa ocorreu em duas etapas: Na primeira etapa, de caráter descritivo, exploratória, optou-se pela análise da amostragem da oferta de disciplinas relacionadas à educação inclusiva e a sua respectiva carga horária, de oito universidades brasileiras, que foram selecionadas de forma aleatória, para a consulta realizada nos sites das entidades. Foram selecionadas: 5 (cinco) Universidades Federais e 3 (três) faculdades particulares de Brasília – DF que oferecem Licenciaturas em Pedagogia.

Na segunda etapa, foi aplicado um questionário constituído por uma série ordenada de perguntas abertas que, apresentadas de forma escrita, possibilitou a resposta dos entrevistados. Segundo Parasuraman (1991), um questionário é tão

somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto. Embora o mesmo autor afirme que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. Não existe uma metodologia padrão para a elaboração de questionários, porém existem recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de uma determinada pesquisa científica.

O questionário, neste trabalho, foi aplicado em duas turmas denominadas, turma X e turma Y, respectivamente, no intuito de descaracterizar a sua identificação assegurando o anonimato dos participantes, mesmo que todos tenham assinado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) como recomenda a orientação ética em pesquisa, Resoluções, Ministério da Saúde, (196/96) e (466/12). Desta forma, os dados obtidos, na primeira e na segunda etapa da pesquisa em pauta, permitiu construir a Análise de Dados do presente Trabalho Monográfico.

ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa da investigação, mediante a consulta realizada nos sites das oito instituições de ensino superior selecionadas para a pesquisa se obteve uma visão geral de como essas universidades, tratam as questões relativas a Educação Inclusiva. Isto é, que disciplinas e mediante que carga horaria, o tema da inclusão compõe o currículo nas licenciaturas em Educação/Pedagogia, nessas instituições de ensino superior.

Instituição	Disciplina e Carga Horária	Carga Horária Total em Educação Inclusiva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	- Educação, inclusão e diversidade – 68h. - Educação Especial – 68h.	136 horas
Universidade Federal de Minas Gerais	- Fundamentos da educação inclusiva – 60h.	60 horas
Universidade de Brasília	- O educando com necessidades educacionais especiais – 60h. - Aprendizagem e desenvolvimento do Portador de Necessidades Educativas Especiais – 60h. - Escolarização de surdos LIBRAS – 60h.	180 horas
Universidade Federal de Santa Maria	- Educação especial - Fundamentos – 30h. - Educação especial- Processos de Inclusão-30h. -Libras-60h.	120 horas
Universidade Federal de Pernambuco	- Educação especial - 60h. - Libras - 60h.	120 horas
Universidade Católica de Brasília	- Prática pedagógica III – Educação especial e suas interfaces – 160h. - Libras- 80h.	240 horas

Centro Universitário UDF	- Educação Inclusiva – 40h. - Libras - 40h.	80 horas
Centro Universitário IESB	- Educação Inclusiva – 60h. - Libras – 60h. - Projeto Integrador IV – Inclusão educacional – 60h.	180 horas

Figura 1. Tabela de comparação das cargas horárias

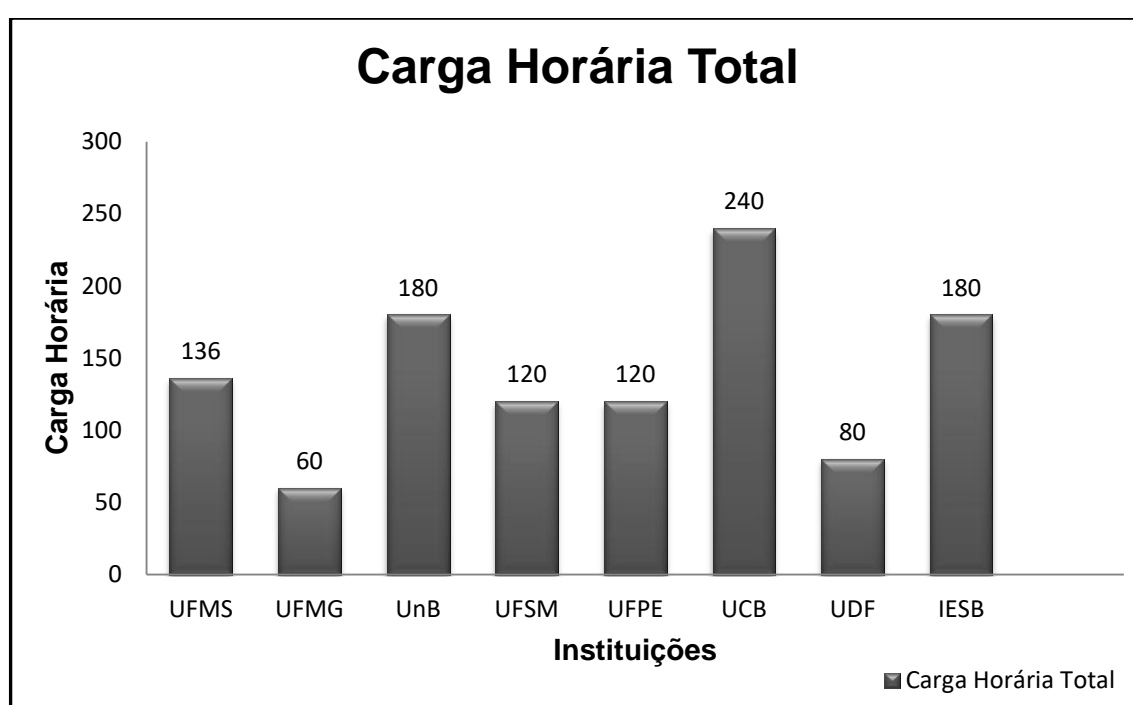


Figura 2. Gráfico de Carga Horária Total de disciplinas de Educação Inclusiva nas Instituições

Quanto à oferta das disciplinas nas instituições públicas e privadas, percebe-se que, duas instituições por conter em seu currículo projetos integradores, impulsionam a carga horária total, levando-as a se destacar das demais.

Em relação à metodologia de ensino, observou-se que as Universidades ofertam disciplinas em Educação Inclusiva em mais de um semestre no curso de licenciatura em Pedagogia no Brasil.

Em um segundo momento, se implementou uma investigação de caráter subjetivo e por tanto, qualitativa a fim de saber a opinião de alunos da graduação em

Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, sobre a importância, que esse grupo de alunos, da a presença, ou não, de disciplina(s) de Educação Inclusiva no currículo que conforma a grade da sua formação em tanto que futuros profissionais da educação. A pesquisa foi realizada em duas turmas denominadas X e Y, na qual participaram 46 alunos no total.

Pergunta 1: Você considera importante a presença de uma disciplina de educação inclusiva no currículo pleno da licenciatura em pedagogia?

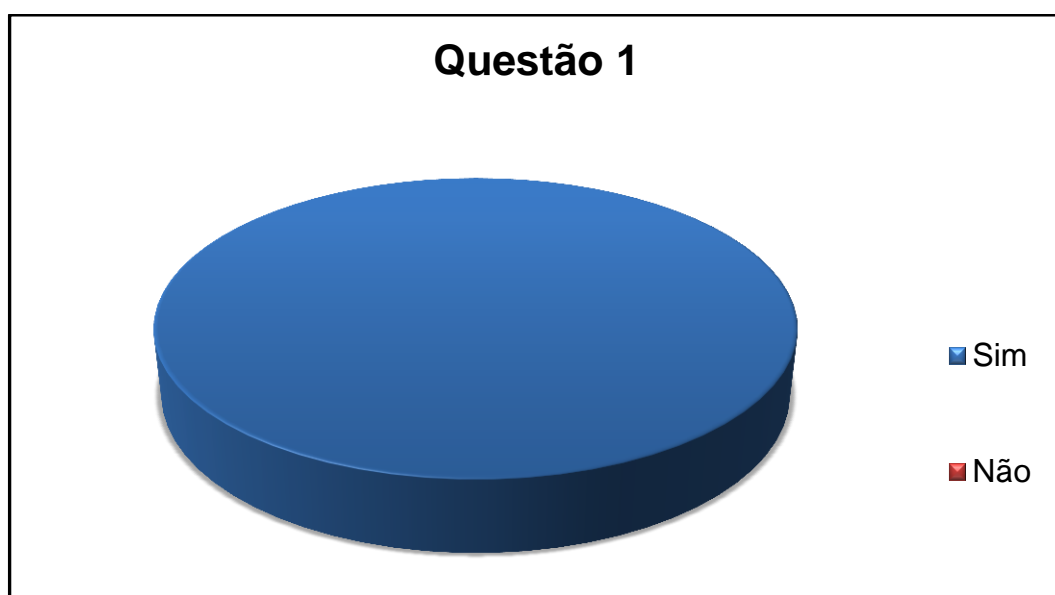


Figura 3. Gráfico sobre a importância da disciplina de Educação Inclusiva no curso de Pedagogia

De acordo com o gráfico disposto acima, os 46 entrevistados responderam que sim, ou seja, 100% considera importante a presença de disciplinas que abordem a temática da educação inclusiva.

Com base na importância da Educação Inclusiva para a formação docente, Relma Urel Carbone Carneiro (2013, p.10) menciona que:

Uma formação adequada deve garantir a formação de um professor reflexivo, que tenha consciência do seu ensino, que seja capaz de analisar a própria prática e o contexto no qual ela ocorre, que seja capaz de avaliar diferentes situações de ensino, trabalhar com situações problema, utilizar um repertório variado de soluções, tomar decisões e ser responsável por elas. O profissional comprometido com seu trabalho atua refletindo na ação,

criando uma nova realidade, experimentando, corrigindo e inventando por meio do diálogo que estabelece com essa mesma realidade.

É de suma importância que, no currículo que vise a formação não só de um pedagogo, mas em qualquer curso que exija uma licenciatura, sejam ministradas disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva. O educador precisa, desde a sua formação inicial, compreender os conceitos ligados a inclusão capacitando, assim, o acolhimento, sem medos ou reticências, de todos os educandos, deficientes ou não.

Pergunta 2: Qual a importância da educação inclusiva para a sua formação?

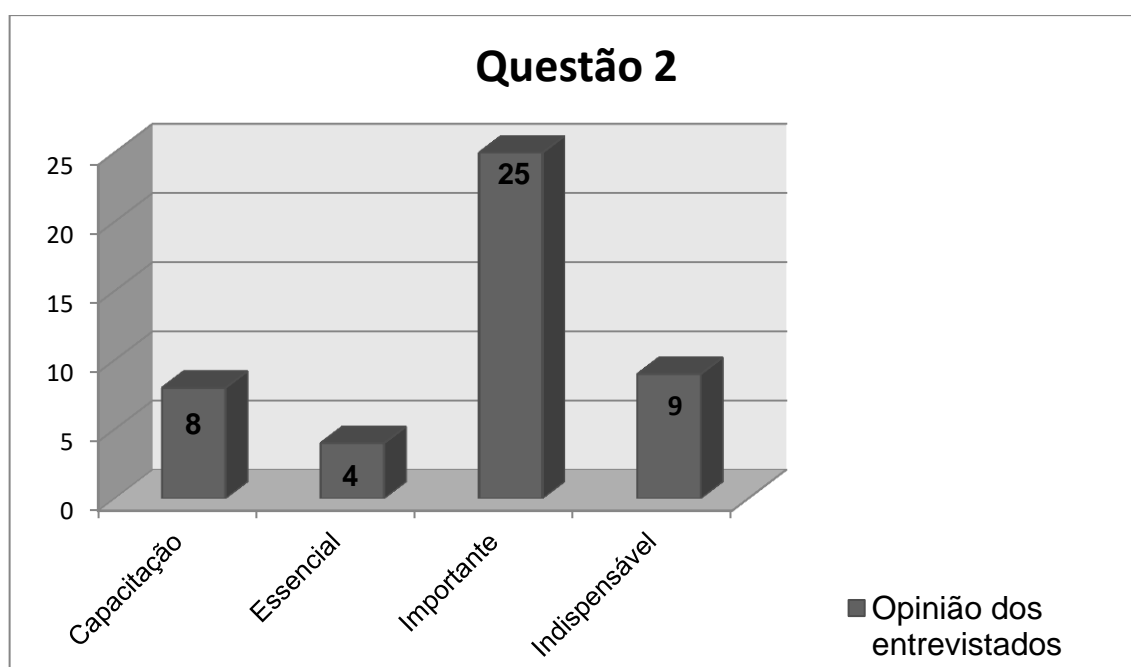


Figura 4. Gráfico sobre a importância da disciplina de educação inclusiva na formação dos estudantes

Na questão 2, a palavra “importante” foi a que mais teve destaque por parte dos entrevistados. Porém, apesar da palavra “capacitação” ter sido menos citada, as justificativas permitiram compreender que a opinião dos entrevistados aponta que a capacitação se torna necessária na formação, no percurso da licenciatura. Dessa forma, opinam os entrevistados, ao ter um prévio contato com os fundamentos da educação inclusiva, o profissional da educação estará mais capacitado, adquirindo mais conhecimentos e ampliando a visão sobre o assunto.

Marlene Rozek (2012) cita que na perspectiva da educação inclusiva, compartilha-se das ideias de Jesus (2006b, p. 206) quando afirma que “precisamos pensar com o outro, precisamos de um constante e longo processo de reflexão-ação-crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecer”. A autora afirma que é preciso pensar na formação continuada dos educadores, caso queiram mudanças significativas nas práticas de ensino. Compreende-se que é necessário romper com a ideia de formação docente enquanto apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência.

Portanto, conclui-se que além da importância de disciplinas voltadas ao assunto da educação inclusiva durante o decorrer do curso, é necessária uma formação continuada, ou seja, dar seguimento e atualização na perspectiva da Educação Inclusiva, para que o docente alcance um patamar de conhecimento condizente com a prática pedagógica.

Pergunta 3: Qual a sua opinião sobre a carga horária para a disciplina de educação inclusiva?

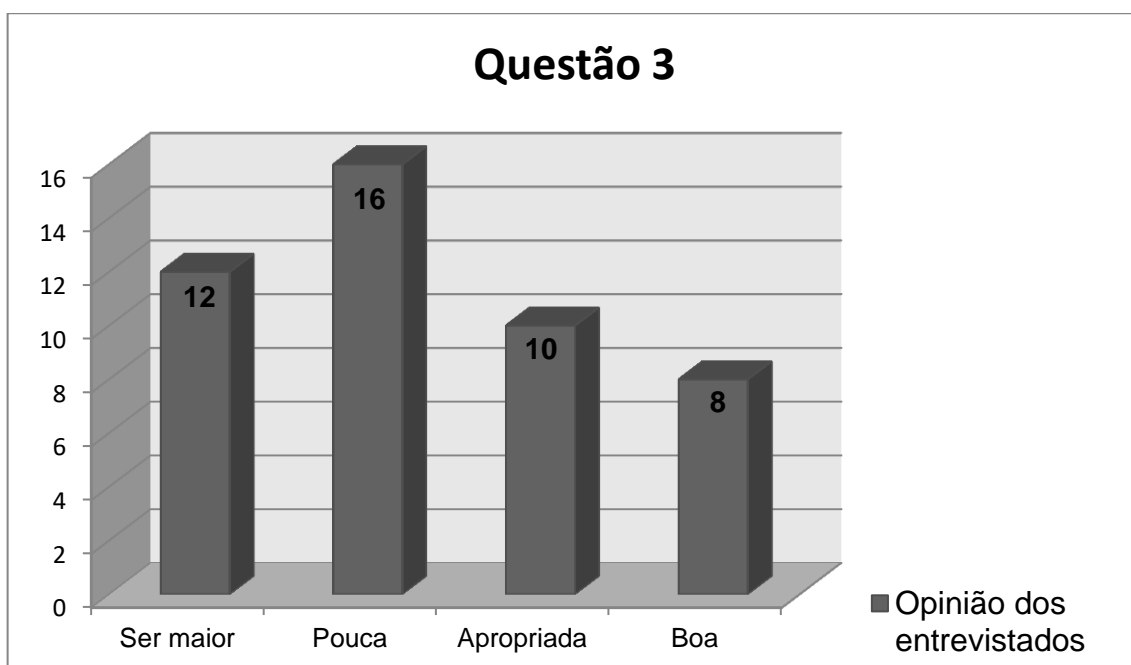


Figura 5. Gráfico sobre a opinião dos estudantes para a carga horária da disciplina de educação inclusiva

Na análise das respostas, percebe-se que muitos alunos gostariam de uma carga horária maior em disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva.

Além da pergunta: “Qual sua opinião sobre a carga horária para a disciplina de Educação Inclusiva?” Em todas as respostas os alunos justificaram sua opinião ressaltando que entendem que, ao longo do processo ensino-aprendizagem, na licenciatura, devam ser pautadas:

- Mais disciplinas optativas para quem tem interesse em se aprofundar no tema
- Mais aulas práticas e vivências
- Aumentar as atividades em sala de aula
- Aumentar os conteúdos
- Projeto para Educação Inclusiva

Entende-se, desta forma, mediante a opinião qualitativa, dos entrevistados que de acordo ao seu ponto de vista, a temática da Educação Inclusiva deveria ser considerada temática importante, nas Licenciaturas, no intuito de poder elevar o nível de compreensão das especificidades-generalidades do grupo alvo estudado por essa modalidade de ensino, isto é, os educandos com necessidades educacionais específicas de ordem sensorial, intelectual, físicas, ou do espectro autista.

Permitindo, também, na análise das respostas observar a insatisfação dos alunos em relação a oferta das disciplinas. Os mesmos consideram que a carga horaria deveria ser ampliada para que o objetivo de uma formação plena e de qualidade fosse alcançado, de forma mais adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia teve como objetivo, analisar o nível de informações, sobre Educação Inclusiva que, uma amostra composta por oito instituições de ensino superior brasileiras, permitiu ilustrar por meio da análise da grade curricular dos cursos de graduação em Pedagogia, destas Universidades, aleatoriamente selecionadas na investigação. Tentando elucidar se, no currículo pleno do aluno, das instituições selecionadas, apareciam disciplinas específicas que tratassem da educação inclusiva, considerando também, a carga horária das mesmas.

Na introdução desta investigação caminhamos no sentido de desvelar o percurso histórico da Educação Inclusiva após, no Brasil. Falávamos na introdução que, nas últimas décadas, o tema da inclusão escolar e do atendimento ao educando com necessidades educacionais específicas, tem sido abordado em relação a diferentes paradigmas conceituais e metodológicos, no viés do respeito a diferença e a diversidade, principais características do ser humano. Porém, também entendíamos que as Leis, por si só, não mudam a realidade. As Leis, os Decretos, as Resoluções, em torno ao fenômeno da Educação Inclusiva indicam caminhos, orientando o que de direitos o cidadão e a sociedade devem conhecer em relação a Inclusão. Compreendendo paralelamente também, que os direitos que as Leis apontam constituem conceitos a serem trabalhados pela educação. Assim, tentando levar na prática o objetivo desta investigação tivemos como principal perspectiva metodológica a consulta realizada nos sites das oito instituições de ensino superior selecionadas para a pesquisa que permitiu uma visão geral de como essas universidades, tratam as questões relativas a Educação Inclusiva. Isto é, que disciplinas e mediante que carga horaria, o tema da inclusão compõe o currículo nas licenciaturas em Educação/Pedagogia, nessas instituições de ensino superior.

A metodologia ainda contemplou a aplicação e análise de um questionário aplicado a duas turmas do curso de formação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, num total de 46 alunos. Investigação de caráter subjetivo e por tanto, qualitativa a fim de obter a opinião dos formandos

sobre a importância, que esse grupo de alunos confere a presença, ou não, de disciplina(s) de Educação Inclusiva no currículo que conforma a grade curricular do seu curso. da sua formação em tanto que futuros profissionais da educação.

Ao final da pesquisa foi possível concluir que nas Universidades consultadas existe uma real preocupação em torno ao fenômeno da Educação Inclusiva e que a carga horária apresentada, pelas disciplinas que especificamente tratam desse tema é, de forma geral, adequado. No entanto na consulta realizada aos estudantes, se entende que é necessário um estudo mais aprofundado, no espaço da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, no sentido de ampliar a carga horária das disciplinas de Educação Inclusiva ofertadas, como também rever os objetivos da formação do estudante para que possa ser alcançada, o que eles consideram, uma formação plena e de qualidade.

Assim, concluímos tendo a clara noção de que os objetivos propostos foram todos alcançados e que este trabalho poderá servir de auxílio para outras investigações dentro ou fora do espaço da educação uma vez que, pela própria natureza do fenômeno analisado, o tema não se esgota aqui.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Foi muito gratificante concluir a monografia juntamente com meu orientador Professor Dr. Eduardo Ravagni. Por gostar tanto da temática, me fez ter mais interesse e levar de forma leve, o compromisso de produzir um trabalho monográfico.

O desafio agora é o de continuar no caminho escolhido uma vez que, não me imagino em outro lugar que não seja aprovada no concurso público da SEEDF, não somente por salário, mas por acreditar na educação pública e que posso fazer a diferença, no espaço do atendimento ao educando com necessidades específicas. Futuramente, acredito não muito distante, poder realizar uma pós-graduação na qual possa continuar a estudar o fenômeno da Educação Inclusiva.

São muitas as possibilidades e a única coisa que desejo é poder fazer a diferença na vida de tantos alunos e de tantas famílias, de tal forma que não encontrem somente uma boa educação, mas encontrem também a felicidade e o amor pela vida.

“O que vale não é o quanto se vive; mas como se vive.” (Martin Luther King)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro. 2018.
- BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>>. Acesso em: novembro. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 10 de junho de 1999. [Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência]. Brasília-DF, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 13 de dezembro. 2018.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 13 de novembro. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências]. Brasília, DF, 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008] Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf&ved=2ahUKEwjIzqLspr7eAhUBQ5AKHYsnCJ0QFjABegQIBBAB&usg=AOvVaw2uUG7-LxbYliE4YI5aeFtR>>. Acesso em: 13 de dezembro. 2018.
- CARNEIRO, R. U. C. **Formação de professores:** da educação especial à inclusiva - alguns apontamentos. In: ZANIOLO, L. O.; DALL'ACQUA, M. J. C. (Orgs.). Inclusão escolar: pesquisando políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas. 1ª ed., 2013, v., p. 07-24.
- Coleta de dados para a pesquisa acadêmica:* Um estudo sobre a elaboração, a validação e a aplicação eletrônica de questionário. Disponível em: <http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR660483_9457.pdf>. Acesso em: 2 de dezembro. 2018.

CURY, C. R. J. **Entrevista:** o que é inclusão? Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/307650938_Carlos_Roberto_Jamil_Cury>. Acesso em: 10 de dezembro. 2018.

Dados da UNESCO. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/unesco-1-em-cada-5-criancas-e-adolescentes-esta-fora-da-escola/>>.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:
<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.
Acesso em: 13 de dezembro. 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora. **A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise.** Paidéia, 2005, 15(30), 11-20.

DINIZ, D.; BARBOZA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Rev. int. direitos humanos**, v. 6, n.11. São Paulo, 2009.

_____. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 324).

Educação para Todos: avaliação da década. Organização: CENPEC, Brasília: MEC/INEP, 2000.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2012. 6. Ed. 5. Reimp.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação - PNE. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, DF: INEP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MODOLON, J. R. Educação inclusiva: realidade ou utopia? **Criar Educação Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação UNESC**, v. 2, p. 1, 2013.

MORENO, M. da S. **As Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil (1996-2006).** Disponível em:
<<https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/139-1.pdf>>.
Acesso em: 13 de dezembro. 2018.

PARASURAMAN, A. **Marketing research.** 2ª ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

ROZEK, M. **A formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva.** Junqueira & Marin Editores: UNICAMP, Campinas – 2012. p. 24-35. Disponível em:
<http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2412d.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro. 2018.

VIVACQUA V. F. Direito fundamental à educação inclusiva. **Revista caderno=9**.
Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 13 de
dezembro. 2018.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora Responsável: Máira Corina de Sousa, e-mail para contato mairacorina@yahoo.com.br ou (61) 98300-7597.

Justificativa: Justifica-se a importância da presente pesquisa para observar o histórico da educação inclusiva, a formação em pedagogia na área e discutir a partir do questionário exploratório, possíveis melhorias no âmbito das ofertas em disciplinas de educação inclusiva.

Objetivo Geral: Investigar possíveis dificuldades que os alunos encontram na formação em pedagogia em relação às ofertas e carga horária de disciplinas de educação inclusiva.

Objetivos Específicos: Analisar a educação inclusiva no Brasil, compreender a formação em pedagogia no contexto da inclusão e discutir sobre possíveis melhorias na oferta e carga horária em disciplinas que abrangem o tema citado anteriormente.

Esclarecimentos e Direitos: Em qualquer momento, o participante poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados neste projeto e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pela estudante.

Confidencialidade e avaliação dos registros: As identidades dos participantes serão mantidas em total sigilo pela estudante. Os resultados dos dados coletados neste trabalho serão analisados e registrados em um trabalho escrito e estando disponível a quem se interessar pelo tema.

Despesas e indenizações: Não haverá despesas pessoais para o participante em nenhuma fase deste trabalho. Também não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador da Carteira de identidade nº _____ expedida pelo Órgão _____, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e do trabalho de projeto 5 a ser desenvolvido pela aluna de graduação Maíra Corina de Sousa, livremente expresse meu consentimento para inclusão das informações obtidas através do questionário aplicado pela mesma, neste projeto. Fui informado (a) ainda que este projeto é coordenado pelo professor Eduardo Ravagni, a quem poderei contatar em qualquer momento através do e-mail ravagni@uol.com.br

Assinatura do participante voluntário

Data

Assinatura do responsável pelo estudo

Data



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

Prezado (a), este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu trabalho de conclusão de curso e suas respostas são muito importantes para a fase exploratória. Por favor, responda as questões abaixo. Desde já, agradeço-lhe pela sua colaboração!

QUESTIONÁRIO

1. Você considera importante a presença de uma disciplina de educação inclusiva no currículo pleno da licenciatura em pedagogia?

Sim

Não

1. Qual a importância da educação inclusiva para a sua formação?

3. Qual a sua opinião sobre a carga horária para a disciplina de educação inclusiva?